

TIC Council aplaude Acordo Verde da União Europeia

16 de Novembro, 2020

O TIC Council, Associação internacional do setor de testes, inspeções e certificações, que reúne as principais empresas mundiais, congratula-se com o Acordo Verde da União Europeia que prevê um “conjunto de políticas e estratégias de resposta à ameaça do aquecimento global, visando a redução das emissões de CO2.

Entre as várias medidas deste Acordo destaca-se o fomento da economia circular para promover a reciclagem de resíduos. Tal se aplica às TIC, uma vez que “fornecem serviços que ajudam as empresas a identificar hotspots ambientais e de carbono” através dos “processos e da cadeia de abastecimento”.

Em comunicado, Pedro Matias, Presidente do Grupo ISQ, refere que “o processo de certificação contribui para a melhoria dos produtos e atesta a sua sustentabilidade, evitando que produtos perigosos sejam colocados no mercado. Constitui uma ação preventiva e fornece aos consumidores informações confiáveis sobre os testes e auditorias que os fabricantes realizam, levando a opções de compra informadas”. Por isso mesmo, “o TIC Council, no qual o ISQ integra o Board of Directors, defende que a certificação obrigatória de terceiros é um elemento-chave para uma implementação bem-sucedida do próximo plano de ação para a economia circular. No geral, acreditamos que está devidamente acompanhado por ambiciosos programas de investimento e por um quadro regulatório robusto”, acrescenta o responsável.

O impacto do ciclo de vida de um produto, o eco-design, a avaliação da pegada de carbono, as auditorias para gestão energética e ambiental em toda a cadeia de abastecimento, bem como a redução na fonte, reutilização, reciclagem e recuperação de materiais residuais, dentro de um quadro global de gestão de resíduos, enquadram-se no âmbito de atuação da fileira TIC. Adicionalmente, o setor TIC possibilita a introdução adequada de novas tecnologias, ao testar, verificar e certificar tecnologias de energia renovável, tecnologias relacionadas com o ciclo invertido (como reciclagem) e tecnologias para a mobilidade elétrica, eficiência de combustíveis e condução autónoma.

Neste quadro, lê-se no mesmo comunicado, a certificação contribui para a “melhoria contínua dos produtos”, bem como para “pegada ambiental dos processos de fabrico e entrega de serviços”, mitigando o “risco de impacto ambiental de qualquer organização e do seu processo de criação de valor”. A experiência revela que a “obrigatoriedade de certificação e a avaliação de conformidade de terceiros” são “ferramentas essenciais para prevenir que produtos e soluções tecnológicas ambientalmente perigosos sejam colocados no mercado da União Europeia”. E as principais vantagens, segundo o ISQ, prendem-se com fatores como: “evitar que os fabricantes coloquem acidentalmente no mercado produtos que não estejam em conformidade com a legislação da União Europeia, incluindo disposições de economia circular”.

Depois, refere o grupo, possibilita que o “controlo de mercado se foque nos produtos não certificados” ou nos que “apresentam marcações TIC falsificadas,” como por exemplo, a “composição de sacos de plástico leva meses a ser testada”.

Neste contexto, considera o ISQ, a “certificação alivia o trabalho das autoridades de fiscalização do mercado com financiamento público”, pois “permite que estas usem os seus recursos de forma mais seletiva”, concentrando-se apenas nos “produtos que não são testados por terceiros”.

Adicionalmente, a certificação pode ajudar os fabricantes e as autoridades a confiarem na conformidade dos produtos com a legislação nos casos em que não há padrões em vigor. Este é frequentemente o caso de novas tecnologias e soluções inovadoras que entram no mercado antes do padrão ser desenvolvido.